

La Ciruela: cultura e resistência na ditadura militar chilena

La Ciruela: cultura y resistencia durante la dictadura militar chilena

La Ciruela: Culture and Resistance in the Chilean Military Dictatorship

Ana Amélia M. C. De Melo
Departamento de Historia, Universidad
Federal de Ceará
Fortaleza, Brasil
anameliademelo@gmail.com,
 [0000-0002-9636-329X](https://orcid.org/0000-0002-9636-329X)

Fernando Marcelo De La Cuadra
Cátedra José Carlos Mariátegui
Santiago, Chile
fmdelacuadra@gmail.com
 [0003-2142-2598](https://orcid.org/0003-2142-2598)

Recibido: 2 de diciembre de 2024

Aceptado: 24 de junio de 2025

Artículo Científico.

Cómo citar: Amélia de Melo, A. y de la Cuadra Arancibia, F. (2025). *La Ciruela: cultura y resistencia durante la dictadura militar chilena*. *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, vol. 29, n° 2, 2025, pp. 253-290. DOI: <https://doi.org/10.35588/5ks9z582>



Resumen: Este artigo analisa o material publicado na revista chilena *La Ciruela*, buscando identificar os sentidos da resistência estudantil de esquerda no Chile do ditador Augusto Pinochet, bem como dimensionar melhor a noção de “apagón cultural”. *La Ciruela* (A Ameixa) era produzida e publicada pela *Agrupación Cultural Universitaria* (ACU), entidade estudantil da Universidade do Chile, que logrou manter ativa, por meio da cultura, a organização estudantil e possibilitou a paulatina reorganização da militância de esquerda no campus universitário. A revista que circulou entre 1979-1982, tinha como marca a irreverência, o humor e a parodia, entretanto por trás de seus desenhos e ironias, sempre desafiava a ditadura com seus artigos de denúncia da censura, da repressão e da perseguição aos estudantes.

Palavras chave: revista *La Ciruela*, Agrupação Cultural Universitária, ditadura chilena, movimento estudantil universitário, imprensa estudantil.

Resumen: Este artículo analiza el material publicado en la revista chilena *La Ciruela*, buscando identificar los significados de la resistencia estudiantil de izquierda en Chile bajo el dictador Augusto Pinochet, así como comprender mejor el concepto de “apagón cultural”. *La Ciruela* fue producida y publicada por la Agrupación Cultural Universitaria (ACU), organización estudiantil de la Universidad de Chile, que logró mantener la organización estudiantil mediante actividades culturales y facilitó la reorganización gradual del activismo de izquierda en el campus. La revista que circuló entre 1979 y 1982, tenía como marca la irreverencia, el humor y la parodia, desafiando constantemente a la dictadura con sus caricaturas y artículos que denunciaban la censura, la represión y la persecución estudiantil.

Palabras clave: revista *La Ciruela*, Agrupación Cultural Universitaria, dictadura chilena, movimiento estudiantil universitario, periódicos estudiantiles.

Abstract: This article analyzes the material published in the Chilean magazine *La Ciruela*, seeking to identify the meanings of left-wing student resistance in Chile under dictator Augusto Pinochet, as well as to better understand the notion of "cultural apagón". *La Ciruela* (The Plum) was produced and published by the Agrupación Cultural Universitaria (ACU), a student organization at the University of Chile, which managed to maintain student organization through cultural activities and facilitated the gradual reorganization of left-wing activism on campus. The magazine circulated from 1979 to 1982, always marked by irreverence, humor, and parody, constantly challenging the dictatorship with its cartoons and articles denouncing censorship, repression, and persecution of students.

Keywords: *La Ciruela*, Agrupación Cultural Universitaria, Chilean Dictatorship, University Student Movement, Student Press.



Introdução

O estudo das revistas culturais na América Latina representa hoje um profícuo campo de pesquisa. A proliferação de acervos virtuais de Bibliotecas Públicas da região tornou possível o acesso a inúmeras revistas e favoreceu a ampliação das pesquisas além das fronteiras nacionais. Por sua vez, investigações mais recentes destacam o papel das revistas não apenas como registro das transformações do mundo intelectual, mas igualmente como espaço de sociabilidade ou expressão de uma rede intelectual com um funcionamento específico que se expressa de muitas maneiras, seja por meio de citações, de colaborações ou de referências (Pita González, 2021). Pensando a partir de uma história intelectual, conforme proposto por Jean-François Sirinelli (2003), o exame das revistas permite compreender uma estrutura de sociabilidade, os vínculos de amizade e inimizades, as colaborações, escolhas e tomadas de posições. Para Jacqueline Pluet-Despatin (2014), as revistas podem ser vistas como um lugar de encontros, onde se estabelecem contatos e uma dinâmica coletiva, e podem ser pensadas como um campo específico.

Como nos fala Horacio Tarcus (2020), as revistas são “veículos privilegiados dos coletivos intelectuais para levar a cabo suas estratégias de disputa hegemônica”. Em torno delas, reúnem-se intelectuais que partilham perspectivas sobre literatura, arte e cultura em geral e decidem expressar publicamente suas ideias. Dessa maneira, as revistas culturais, segundo o historiador argentino, podem ser definidas como

Porta-vozes de grupos que se propõem a apresentar uma agenda e a desenvolver uma política cultural por meio de uma intervenção no campo intelectual que assume a forma de um jogo de disputas e alianças com outras revistas em busca de reconhecimento, prestígio e legitimidade. (Tarcus, 2020, pp. 33-34).

Segundo Beatriz Sarlo (1992), a decisão de publicar uma revista traz implícito o “impulso em direção ao público” e também a ideia de uma necessidade, de um vazio que é preciso preencher. As revistas, diferentemente dos livros, estão relacionadas a um tempo mais

imediato e urgente do debate que determinado coletivo considera necessário preencher. Em se tratando de revistas culturais, significa intervir no debate, contrapor ideias ou, seguindo a crítica argentina, fazer “política cultural”, ou seja, contestar o cânon, propor novos autores e estabelecer formas de leituras e visões estéticas distintas.

A necessidade de intervir no debate público e de estabelecer uma comunicação alternativa e contra-hegemônica fez parte das estratégias dos movimentos estudantis em diversos países da América Latina, durante os anos 1970 e 80 (González Vaillant, 2018). Os estudos recentes têm demonstrado que, apesar das ditaduras, o movimento estudantil encontrou meios de se manter atuante, especialmente por meio da cultura (Müller, 2010). As revistas, nesse contexto, desempenharam papel importante como espaço de socialização e reorganização política no Brasil, Uruguai, Argentina e Chile (Seia, 2020).

Quando, em abril de 1977, em plena ditadura, jovens estudantes na Universidade do Chile organizam a Agrupação Cultural Universitária (ACU), dão partida a um processo de reconstrução da esfacelada e proibida vida cultural universitária, e, dessa forma, desencadeiam a luta pela “reconstrução das organizações estudantis democráticas”. (Brodsky, 2003, p. 36). Nesse curso, teve papel central a publicação da revista *La Ciruela*, órgão oficial da ACU. A revista apresentava um caráter irreverente, irônico, criativo, mas também de denúncia e crítica às formas e ao modelo de organização universitária imposto pela ditadura. “*La ciruela florece siempre antes que la primavera*” era o lema que a revista apresentava na sua primeira página. O nome nasce em homenagem a Pablo Neruda, em uma referência específica ao poema *Oda a la Ciruela*.

La Ciruela foi um espaço de atuação e resistência criado pelos estudantes entre 1979 e 1982. Não teve grande circulação, tampouco aspirava a tal posição: era distribuída e vendida entre os estudantes da universidade e amigos nos diversos campus universitários, em dependências da Igreja Católica (paróquias e seminários), sedes de organizações territoriais e locais onde se realizavam espetáculos de música, poesia e teatro durante esse período (as chamadas *peñas*



folclóricas).¹ Pretendia ser uma publicação a contrapor o silêncio imposto pelo regime militar, além de difundir as notícias e atividades que estavam acontecendo na Universidade.²

Sobre a Agrupação Cultural Universitária (ACU), até o momento poucos estudos têm sido produzidos. No Chile, podemos destacar o livro de Victor Muñoz (2006), um dos trabalhos mais completos sobre a ACU, publicado em 2006, mesmo ano do estudo de Diego García Monge, José Isla Madariaga e Pablo Toro Blanco sobre a história da FECH e o trabalho de Francisca Grez Cook (2008). Também devemos destacar o estudo monográfico de Francisco Norambuena (2022), disponível na internet, e, mais recentemente, o artigo de Pablo Toro Blanco (2023), publicado na Serie dos Anais da Universidade do Chile, dedicado aos 50 anos do Golpe de Estado. Finalmente, podemos citar dois livros sobre a história das juventudes comunistas de Rolando Álvarez (2023 e 2024), que nos trazem importantes elementos para compreender o papel das organizações culturais como a ACU, na reorganização política dos jovens estudantes da Universidade do Chile.

Nesses estudos, a revista *La Ciruela* aparece apenas como fonte, com artigos, depoimentos e testemunhos publicados em revistas e sítios de Internet. (Brodsky, R., 1985; Donoso, 1988; Brodsky, C., 2003). Nesta pesquisa, pretendemos abordar a referida revista como fonte e objeto.³ Ainda que ela tenha tido uma circulação restrita, que

1 *Peñas* eram locais rústicos onde eram tocadas músicas folclóricas, serviam-se comidas típicas, como empanadas, navegado ou vinho. Nos anos 1960, eram famosas as *Peñas* “Chile ríe y canta”, vinculada ao programa radiofônico de René Largo Farías, e a emblemática “Peña de los Parra” (de Isabel e Ángel Parra), que reunia praticamente todos os representantes da Nueva Canción Chilena (Patricio Manns, Víctor Jara, Rolando Alarcón, Charo Cofré, Quilapayún, Inti-Illimani e outros). Durante a ditadura, esses espaços de convivência e entretenimento foram recriados, pouco a pouco, nos Campus universitários e nas principais cidades do país. Com os Centros Culturais, eles se transformaram no principal espaço de trabalho político-cultural durante a ditadura.

2 Segundo o decreto n. 107, de março de 1977, cabia à Junta Militar autorizar a criação de qualquer meio de comunicação. A revista *La Ciruela*, entretanto, foi editada e circulou sem essa autorização.

3 Foram usadas como fontes para a elaboração deste trabalho, a coleção completa da revista *La Ciruela*; jornais, como *El Mercurio* e *La Segunda*; e o documentário *ACU, recuperando el sueño*, de Osvaldo Rodriguez (2016). Além das entrevistas com o Diretor da Revista Juan Manuel Pérez Franco e Aglae Casanova Silva, membro da ACU e colaboradora da revista, e da consulta à página virtual do Facebook “La ACU en la Memoria”. www.facebook.com/groups/204244983271760

tenha sido instável na periodicidade e não tenha ultrapassado dez edições, seu estudo nos proporciona um entendimento mais preciso dos mecanismos de organização e resistência dos estudantes durante o regime ditatorial. Consideramos aqui a noção de “resistência cultural” como formas de ação e posição de sujeitos, no caso, um coletivo que, no contexto da ditadura militar, expressou sua oposição de forma pacífica e por meio de manifestações culturais diversas. Nesse sentido, trazia a ação cultural um conteúdo político, oculto ou expresso. Quer dizer, a revista foi um *locus* de resistência cultural universitária que, como órgão oficial da ACU, enfrentou a intervenção militar na Universidade do Chile.⁴

Durante a ditadura chilena, conforme nos mostra a historiadora Carla Rivera (2017), podem ser identificadas três tipos de imprensa oposicionista: a imprensa clandestina, a dissidente e a alternativa. Diferenciavam-se pelas formas como se organizavam e as estratégias de ação, mas constituíam todas uma rede de informação que se opunha à ditadura. Em seu estudo, Rivera aponta que, desde 1974, imprimiram-se de forma rústica, publicações que circulavam com o “claro propósito de denunciar, informar e agitar a sociedade civil” (Rivera, 2017, p. 235). Buscavam levar aos leitores informações que a imprensa legal ocultava ou deformava. Essa imprensa era distribuída de mão em mão, entre companheiros de trabalho, universidade e vizinhos. Ela permitiu “educar, unir e organizar os setores de oposição, o movimento antifascista, incorporando-os na luta” (Rivera, 2017, p. 235). Consideramos que a revista *La Ciruela* era parte desse campo da imprensa opositora e resistente.

A revista funcionava como um elemento aglutinador que permitiu dar identidade e coesão aos estudantes reunidos na ACU e às suas pautas. Neste artigo, buscaremos examinar a publicação, seus propósitos, participantes e de que maneira fez do debate cultural uma ferramenta de luta política. Seu estudo permite-nos compreender as principais referências culturais e os temas que estavam sendo

⁴ Sobre a noção de “resistência cultural”, operamos com a chave de leitura proposta por Marcos Napolitano, que articula, teoricamente, as categorias de cultura e política. Para o historiador, não existe uma separação essencial dessas esferas. Ao analisar a resistência cultural à ditadura no Brasil, ele articula “um conjunto de produções artísticas e formulações culturais que traduziam as críticas ao regime e ao sistema socioeconômico por ele sustentado”. Ver: Napolitano (2017, p. 23).

mobilizados e difundidos para o coletivo maior. Por meio do humor, a revista insinuava as críticas à ditadura, denunciava as arbitrariedades das autoridades, a censura, as proibições que procuravam coibir o movimento estudantil e impedir as atividades da ACU.

Num primeiro momento, procuramos, nos limites deste texto, compreender o que foi a ACU e como se organizou e conseguiu driblar a repressão. Em seguida, nos detemos no estudo da revista *La Ciruela*, investigando-a em termos do grupo que a organiza e dos meios que utilizam para denunciar e resistir à ditadura. No exame da publicação, damos atenção especial aos editoriais, por expressarem, de forma mais acabada, as ideias e pautas centrais da revista. Nesse sentido, procuramos também refletir mais detidamente sobre a ideia de “apagón cultural” (Donoso, 2013), mostrando como a ACU, suas atividades e, especificamente a revista *La Ciruela*, representaram uma veemente recusa ao domínio e supressão da cultura e da capacidade organizativa dos estudantes. Perguntamos como, nesses longos anos de obscurantismo e opressão, esses jovens encontraram brechas para levantar sua voz e construir um projeto consistente para a redemocratização do Chile.

A Agrupação Cultural Universitária (ACU)

A formação da ACU, como apontado anteriormente, está estreitamente ligada ao golpe militar de 11 de setembro de 1973. O golpe interrompe, abruptamente, um processo de transformação que atingia as universidades de modo geral. Desde a década de 1960, o movimento estudantil exigia uma universidade mais vinculada ao meio, que respondesse às demandas da sociedade, tornando-a aberta e acessível aos trabalhadores. Até esse momento a Universidade do Chile era considerada uma instituição “fortemente oligárquica”, cujo estatuto era desprovido de uma função social (Garretón e Martínez 17). Com a eleição de Salvador Allende, um dos pontos importantes da Unidade Popular (UP) foi priorizar a transformação da educação no país. No programa da UP, destaca-se o lugar da educação na construção do socialismo. A proposta de governo, elaborada em 1969, atribuía aos intelectuais e artistas o papel de vanguardas na “luta

contra as deformações culturais próprias da sociedade capitalista" (Programa U.P., 1969). Também dedicava uma seção ao tema da universidade, na qual dava especial atenção à questão das reformas.

O Governo da Unidade Popular dará amplo respaldo ao processo da Reforma Universitária e impulsionará decididamente o seu desenvolvimento. A conclusão democrática desse processo se traduzirá em importantes contribuições das universidades para o desenvolvimento revolucionário chileno. Por outro lado, a reorientação das funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, voltadas para os problemas nacionais, será estimulada pelas realizações do Governo Popular (Programa U.P., 1969, p. 31).⁵

Nos anos iniciais da ditadura, a política educacional, como nos relata Garretón (1985), foi pautada por uma tentativa de reverter o processo de reformas dos anos precedentes. "Foram concentrados esforços para suprimir a participação democrática, eliminar o pluralismo dos conteúdos, e isolar o sistema educacional como foco de conflitos e centro promotor de mudanças sociais" (p. 93).

Protagonistas durante todo o processo de transformações educativas e culturais desse período, as Universidades foram ocupadas já no mesmo dia do Golpe de Estado. A Universidade Técnica do Estado (UTE), identificada estreitamente com a Unidade Popular – e cujo reitor, Enrique Kirberg, era um militante do Partido Comunista – foi ocupada após a Casa Central ter sido bombardeada. Fez-se uso, inclusive, de metralhadoras contra funcionários, professores e estudantes que se negavam a abandonar o edifício (Álvarez, 2023, p. 43). O mesmo aconteceu na Escola de Artes e Ofícios, onde foram capturadas dezenas de estudantes e professores.⁶

A Universidade de Concepción também foi cercada por militares que rodearam o Campus Central e detiveram centenas de alunos, professores e funcionários. Conduzidos para um campo de futebol da universidade, foram obrigados a permanecer deitados no

5 Todas as traduções dos textos citados foram realizadas pelos autores.

6 O caso mais emblemático da violenta repressão na casa de estudos superiores foi o assassinato de Victor Jara, cantor, compositor e membro do Departamento de Comunicações da Universidade Técnica del Estado (UTE). Victor Jara foi fuzilado no dia 16 de setembro de 1973 no Estádio Chile. Ver Joan Jara (2021).

chão com as mãos na cabeça, durante algumas horas. Os militares, posteriormente, conduziam para os transportes todos aqueles cujos nomes constavam em uma lista. Em seguida, estes eram levados para recintos policiais. “Uma vez finalizada esta tarefa, alguns estudantes de Pátria e Liberdade que atuavam em conjunto com os militares, começaram a percorrer as longas fileiras de pessoas no chão, tentando identificar outros que não estavam presentes nas listas”.⁷

A Universidade do Chile não fugiu deste quadro de limpeza e repressão. Logo após o golpe, foi imediatamente ocupada pelos militares e abriu-se um clima de intervenção e perseguição generalizada. Ao longo dos dezessete anos de ditadura, esse processo apresentou diferenças sutis, mas não menos importantes. No início, singularizou-se por detenções massivas de membros da comunidade acadêmica, expulsão de estudantes e exonerações de professores e funcionários. Em 1º de outubro de 1973, foi promulgado o decreto-lei nº. 50, que estabelecia a designação de reitores-delegados em cada uma das universidades do país.⁸ Designados pela Junta Militar, os reitores-delegados eram todos militares que, além da autoridade do cargo, estabelecido por lei, tiveram acrescidas outras funções que concediam poderes plenipotenciários sobre docentes, administrativos e estudantes (Errázuriz, 2017). Posteriormente, numa segunda etapa, a partir de 1977, tem início um processo de debate e institucionalização de um novo modelo de universidade, que não exclui a continuidade da violência (Aravena e Cisterna, 2023).

Dessa forma, a vida no interior das faculdades e centros universitários passou a ser marcado pelo medo e a desconfiança, com a implementação de sistemas de vigilância. Abriu-se um ciclo repressivo com contínuas exonerações, detenções, execuções e desapa-

7 “A propósito de deudas pendientes”, manuscrito inédito de Rolando Aranguez incluído em Rolando Álvarez (2023, pp. 52-53).

8 De outubro de 1973 a agosto de 1987, foram designados generais para ocupar o cargo de reitores. Desse período de agosto de 1987 até o fim da ditadura em 1990, foram nomeados dois civis para ocupar o cargo. A lista dos reitores delegados se iniciou com o General do Aire Cesar Ruiz Danyau, que assume o dia 3 de outubro de 1973, e foi encerrada com o reitor civil Juan de Dios Vial Larraín, que finalizou suas funções no dia 15 de janeiro de 1990. Sitio da Universidad de Chile, “Rectoras y Rectores de la U. de Chile. Periodo de rectores delegados durante la intervención militar”. <https://uchile.cl/presentacion/historia/rectores-de-la-u-de-chile/periodo-de-rectores-delegados-1973-1990>

rições forçadas de membros da comunidade universitária, somente finalizado com a restauração da democracia em 1990.⁹ Durante os longos anos de ditadura, em alguns *campi*, foram instalados escritórios dos organismos de inteligência e repressão do regime militar (DINA e CNI),¹⁰ gerando um sentimento de medo e de permanente desconfiança no ambiente acadêmico. Além disso, por muitos anos, mantiveram-se os toques de recolher e as proibições de reuniões com mais de quatro pessoas.¹¹

Se, até 1973, as atividades culturais eram parte da vida acadêmica, com diversas oficinas, exposições, festivais, etc., com o começo da ditadura, a orientação seria a de estabelecer um forte controle e coerção, pretendendo eliminar qualquer expressão artística e cultural no interior dos *campi*. Apesar de uma política do Estado de censura e vigilância sobre as atividades culturais, especialmente de setores da sociedade considerados de esquerda – fenômeno caracterizado como “apagón cultural” (Donoso, 2013) –, não foram escassas as manifestações culturais em seguida ao golpe. Em outras palavras, apesar do contexto de amedrontamento e perseguição constante, pouco a pouco, a atividade cultural emergiu como único horizonte possível para superar as inúmeras proibições no interior dos recintos e “enfrentar coletivamente as tensões, temores e frustrações arraigadas na cotidianidade autoritária” (Muñoz

9 Resultado dessa política repressiva a partir do ano 2018, a Universidade de Chile vem outorgando o diploma póstumo a mais de uma centena de estudantes que não conseguiram obter sua graduação porque foram assassinados ou desaparecidos durante o período da ditadura (1973-1990). Ver Lorca (2023).

10 A Direção de Inteligência Nacional (DINA) foi o organismo de repressão e ação política encoberta criada pela ditadura em 1973. Depois de conhecida sua participação nos atentados de Bernardo Leighton e nos assassinatos do ex-General Carlos Prats, em Buenos Aires, e do ex-chanceler Orlando Letelier, em Washington, a DINA foi extinta e substituída, em 1977, pela Central Nacional de Informações (CNI).

11 Após o golpe e durante a ditadura, vigorou o Estado de sítio e o toque de recolher: entre 1973 e 1975, durava de 21 às 6 da manhã. Em 1975, começou a ser modificado. De janeiro de 1975 a abril de 1978, o toque de recolher era das 22:00 às 06:00hs. De 18 de abril de 1978 a 2 de janeiro de 1987, iniciava à meia noite e encerrava às 06:00hs. Ver Sagredo e Gazmuri (2010, p. 407). Também pode-se consultar: decreto lei 5, de 22 de setembro de 1973; decreto lei 360, de 16 de março de 1974; decreto 1.181, de 11 setembro de 1975; decreto 1.369, de 11 de março de 1976; decreto 1.550, de 11 de setembro de 1976; decreto 1.688, de 11 de março de 1977; decreto 1.889, de 10 de setembro de 1977; decreto 1.435, de 6 de dezembro de 1986.



Tamayo, 2006, p. 188). Como descreve Patricio Lanfranco, estudante de economia na época:

Começamos rapidamente a entender que uma possibilidade de reunir pessoas era através da atividade cultural [...] lembro que uma das coisas que planejamos com muita antecipação foi ingressar um violão à Escola de Economia, que era impossível, era incluso um ato heroico.¹²

A intervenção militar na universidade, como poderemos observar, não impediu a conformação de uma resistência em diversos âmbitos da comunidade (Abate e Rodríguez, 2015; Aravena e Cisterna, 2023). Apesar do império da repressão, eram comuns manifestações dos estudantes contra as exonerações de professores e as denúncias contra delatores e infiltrados. A Coordenação Administrativa do Instituto Pedagógico contava com funcionários que impediam a entrada de determinados estudantes, retiravam cartazes dos murais e delatavam funcionários, estudantes e professores. Os estudantes, por sua vez, criaram um diário, afixado nos muros do campus, intitulado *El Sapo: la Aurora de Macul*, no qual eram apontadas as ações dos infiltrados. O registro se “converteu na primeira tentativa de romper o silêncio”. Igualmente e de forma anônima, no mesmo Campus Macul, eram pichados os muros, em protesto contra as atividades de espionagem e delação exercidas pelos ditos “sapos” (Brodsky, 2003, p. 22).

Na Universidade do Chile, as primeiras demonstrações de resistência à ditadura podem ser identificadas já no ano seguinte, quando, em abril de 1974, estudantes da Escola de Artes se organizaram no que ficou conhecido como o *Grupo Semilla*. Apesar da repressão severa que atingiu a escola, com a queima de obras, demissões e o desmonte de sua sede em Quinta Normal, os estudantes conseguiram se rearticular, criando um espaço para encontros e troca de ideias. Paralelamente, estudantes de Medicina Norte mantiveram suas atividades culturais, encenando, em 1974, a peça *Quiebra espejo y otros sueños*, de Marco Antonio de la Parra (Norambuena,

12 Testemunho de Patricio Lanfranco incluído em Muñoz Tamayo (2006, p. 35). Posteriormente, em 1980, Lanfranco seria eleito Presidente da ACU, ocupando o cargo até meados de 1982.

2022, p. 67). No ano seguinte, organizaram o Festival de Teatro, inserido na tradicional Semana da Faculdade. Movimentos semelhantes também surgiam em outras sedes universitárias.

Essas iniciativas demonstram como a necessidade de reivindicar o “direito à expressão” frente à opressão militar encontrou na arte uma importante via de resistência e atuação estudantil. Desde 1975, de maneira espontânea, passaram a ser organizadas oficinas voltadas à criação artística e à disseminação cultural nos *campi*.¹³ Anos mais tarde, em 1978, um editorial da revista *La Ciruela* reafirmou, como uma espécie de declaração de princípios, a relevância desse movimento artístico na luta pela liberdade de expressão.

Nessas condições, os universitários criam suas primeiras organizações autônomas: a necessidade de criação artística e de divulgação de nossos valores culturais nacionais lança as bases de um grande movimento cultural, cujo pilar essencial é a oficina. (*La Ciruela*, n. 7 ½ (extraordinário), dezembro 1980. “ACU, origen y perspectiva”, p. 2)

Ainda em 1975, na escola de engenharia, funda-se, a partir da reunião de vários grupos musicais folclóricos, a *Agrupación Folklórica Universitaria* (AFU). Em outubro de 1977, a AFU realiza o *Primeiro festival del Cantar Popular*. O festival serviu para chamar as diversas oficinas e grupos que atuavam isoladamente nas faculdades e escolas. Do festival, nasce então a Agrupação Cultural Universitária (ACU).

A criação da ACU se dá a partir da formação de oficinas de artes plásticas, literatura, teatro, música, dança e fotografia. À medida que ela cresce, surge a necessidade de uma organização mais estruturada. A ACU se constitui, desde seu primeiro ano, a partir da eleição de uma diretiva composta pelo presidente e outras treze pessoas. Segundo informações espalhadas pela revista e alguns depoimentos, desde 1977, a ACU realiza eleições para formar seu diretório.¹⁴ Vale destacar as palavras de Jorge Rozas, presidente da ACU em 1977, 78 e 79, esclarecendo, a respeito das origens do órgão que preside, que,

13 Na documentação estudada e nas entrevistas, fala-se em *talleres*. Optamos pela tradução direta para *oficinas*, que tem o mesmo sentido.

14 Depoimento de Aglae Casanova, curso de Tecnologia Médica. Participou na ACU a partir de 1979. Depoimento dado em julho de 2024.



em 1977, não existia ainda, de forma bem estruturada, uma organização cultural na Universidade. “[...] A oportunidade de reunir-se em torno de manifestações artísticas era para reunir fundos para ajudar a companheiros [...] Os grupos estavam desconectados, sem saber da existência um do outro”.¹⁵ Como Jorge Rozas esclarece, em depoimento de 1980, ainda que a organização já tivesse entrado em atividade em abril de 1977, somente em setembro conseguem juntar uma quantidade significativa de pessoas. O festival nasce, portanto, dessa vontade de conhecer o que estava sendo feito nas diversas faculdades e escolas da universidade. Nesse momento, para organizar os festivais, era preciso falar com as autoridades universitárias e, a partir daí, eram escolhidos nomes para representar o grupo e que pudessem assumir mais diretamente a organização do evento. Ele cita: Jenia Jofré, Juan Carlos Cárdenas, Rosa Flores, Jorge Valdés, Hugo Sepúlveda e Nicolás Eyzaguirre. Devemos lembrar, entretanto, que esse discurso que busca ressaltar o papel meramente prático da organização e seu teor espontâneo deve ser matizado pelo contexto de censura e controle em que transcorreu o depoimento publicado na própria revista *La Ciruela*.

A tônica do espontaneísmo e a importância das oficinas, aparece na edição especial da revista, comemorativa dos dez anos da ACU.¹⁶ Esteban Navarro descreve a formação da Agrupação Cultural, mencionando o ano de 1976, quando decidem realizar um campeonato de futebol organizado pela Oficina Literária. Estavam presentes Júlio César Parra, Jorge Salamanca, Jorge Loyola, Ramón Diaz Eterovic e Esteban Navarro: “Nenhum de nós pensava na ACU nem na AFU; mas já estávamos começando a fundá-la, sem saber”.¹⁷

Podemos concluir que a formação da ACU, segundo nos indica Francisco Norambuena (2022, p. 66), conglomera três movimentos culturais que se realizavam separada e espontaneamente e que, finalmente, encontram-se e se unificam na ACU. Eram eles: o conjunto folclórico de engenharia e ballet folclórico Antumapu; o grupo teatral de Medicina Norte; e a União de Escritores Jovens

15 *La Ciruela*, n. 5, junho/julho de 1980, pp. 2-3. A matéria publicada neste número intitulou-se “Lo hecho y lo por hacer” e tratava das eleições da nova diretoria.

16 *La Ciruela*, número especial dez anos da ACU, “Los escritores jugaban a la pelota en la Universidad”, primavera-verão de 1987. p. 9.

17 *Ibidem*, p. 9

(UEJ), vinculada à Vicária Pastoral Sul. Essas três experiências organizam oficinas de teatro, música e literatura.

Sobre a organização da ACU, deve-se destacar uma estrutura capilarizada. Era dividida em ramos, distribuídos pela universidade. Existiam os setores de teatro, música literatura e artes plásticas, e estes, por sua vez, ramificavam-se nas diversas oficinas distribuídas em escolas e faculdades. As atividades realizadas pela ACU foram bastante variadas ao longo de sua existência. Além das conhecidas oficinas, produziram seminários nos quais eram discutidas e propostas novas atividades, analisados o modelo de universidade e o papel da cultura.¹⁸ Citem-se ainda os encontros, como as *Peñas* para arrecadar fundos, trabalhos voluntários em comunidades e regiões fora de Santiago,¹⁹ concursos literários, seminários de cinema documental, encontros de poesia, exposições de artes, viagens culturais, como a visita à casa de Neruda em Isla Negra, etc. Em *La Ciruela*, são destacadas algumas atividades surgidas da iniciativa das oficinas da ACU. O setor de música organizava monitorias para “incentivar atividades musicais no interior da universidade”, “melhorar a qualidade técnica e musical de solistas e conjuntos musicais”. A revista anunciava monitores de *Guitarra Folclórica*, violão clássico, flauta doce, dança moderna, charango, informando os dias de funcionamento e locais. Nenhuma dessas monitorias e atividades tinham qualquer tipo de financiamento.²⁰

Algumas das mais importantes atividades foram os festivais de música e teatro. Em 1978, o ramo do teatro toma forma e, com a Escola de teatro, o grupo organiza o Primeiro Festival de Teatro Universitário, reunindo as oficinas de Antumapu, Grupo Encierro, Medicina Norte e Medicina Oriente. Com os anos, vão se somando outros grupos de teatro da universidade. Em 1979, realizam o Segundo Festival de Teatro, no entanto, sofrem com muitos impedimentos das autoridades da universidade e com a repressão policial. A abertura do festival deveria acontecer no Liceu Manuel de Salas, instituição pertencente à própria Universidade, no entanto, no dia

18 *La Ciruela*, n. 7, setembro de 1980, p. 25.

19 *La Ciruela*, n. 9, maio-junho de 1982. Menciona trabalhos voluntários em Carrizal (Atacama), Paihuano (Coquimbo), em Chiloé nas ilhas de Quenac, Chaulinec, Mechueque, Achao, Lota, Coronel, Lumaco, Curanilahue.

20 *La Ciruela*, n. 5, junho de 1980, pp- 8-9.



do festival, o Liceu foi cercado por policiais e foi proibida a entrada de estudantes. Impedido, o público se congrega na Plaza Ñuñoa, onde é lida uma declaração. Nos dias seguintes, são realizadas as atividades do festival nos jardins do Instituto Pedagógico.²¹ Apesar das dificuldades de abertura, o festival se realizou.

A falta de apoio e os problemas de operação e de financiamento impostos às ações culturais eram pautas frequentes em *La Ciruela*. As interdições iam desde a proibição de pronunciar o nome ACU, de negar sua existência, à coibição de realizar atividades culturais. No entanto, os organizadores dos eventos conseguem superar o cerceamento e realizar pelo menos quatro festivais de música e teatro, com um público de 6 mil pessoas num evento realizado no Teatro Caupolicán em 1979. Nesses festivais, a presença de Victor Jara, Pablo Neruda, Violeta Parra e Patricio Manns (no exílio), será marcante desde o princípio. Apesar da censura, a evocação desses artistas será uma constante, por meio de suas imagens e de sua influência musical e poética.

Essas atividades culturais traziam um conteúdo político latente, de crítica à repressão e ditadura. Em 1979, quando a ACU realiza seu Primeiro Seminário, explicita o direito à cultura como uma reivindicação política (Alvarez, 2023, p. 202). Para enfrentar as restrições, usam da criatividade, mas não abandonam a crítica e a denúncia, como poderemos observar a seguir nos editoriais da revista *La Ciruela*. Vale destacar que a política comparece, de acordo com alguns depoimentos, também através dos partidos políticos, uma vez que estes tinham consciência de que a única possibilidade de derrotar a ditadura era formar uma frente ampla. Muitos dos membros da ACU eram militantes ou simpatizantes de partidos de esquerda que encontravam na agrupação uma possibilidade de expressão e engajamento nas lutas de resistência. Sendo assim, à medida que se organiza e enfrenta as autoridades universitárias e a ditadura, a ACU despertava uma politização crescente entre os estudantes.²²

21 *La Ciruela*, n. 2, outubro de 1979, p. 5.

22 Depoimentos incluídos em ACU, *recuperando el sueño*, documentário de Osvaldo Rodriguez (2016).

La Ciruela: uma “quase revista”

É dessa forma, como “quase-revista”, que *La Ciruela* se apresenta. Na capa, logo abaixo do título, em letras garrafais, aparecia o desenho da fruta, uma ameixa e o personagem Ciro. Desde o primeiro número, datado de agosto de 1979, anuncia-se o humor como característica principal. O *slogan*, ainda que não incluído no poema de Pablo Neruda (*Oda a la Ciruela*), faz referência ao fruto inspirador que dá nome à revista: “La ciruela florece siempre antes que la primavera”.

Conforme afirma em seu editorial do número sete, quando completa um ano de criação, o propósito da revista foi o de “incitávlar um debate sobre a atividade cultural da universidade”. Seus editores posicionam a publicação como uma revista cultural, porém menos afeita a normas ou modelos. Essa posição era anunciada em seu primeiro número:

Mais de um achará irreverente a nossa maneira de tratar o deus intocável da cultura, mais de um se sentirá incomodado ao ver um poema de Neruda cercado de caricaturas (de “desenhinhos”). Não há irreverências, não há incômodos desnecessários. Encaramos a questão com outro prisma, com outro humor, com outra imaginação, e pensamos que não é preciso deter-se em problemas formais. Que Neruda não pode aparecer ao lado de um gato esquelético? Que uma revista cultural deve ter uma capa séria? Perguntamos: quem estabeleceu essas normas? Quem disse que já está tudo feito? (*La Ciruela*, n.1, agosto de 1979, p. 2)

A ideia era, especialmente, expor aos leitores uma perspectiva mais crítica e criativa da cultura, do mundo universitário e da vida estudantil em circunstâncias de censura e repressão do regime militar. O dinheiro arrecadado com as vendas apenas servia para a compra de material para nova impressão. Não obstante sua efêmera existência, ela nos mostra justamente a relevância que tiveram as revistas pequenas e alternativas, com caráter cultural e político, num contexto de ditadura.



Por meio do humor, a publicação convidava o leitor a uma reflexão crítica sobre a realidade. O próprio subtítulo, além de falar de uma “quase-revista”, segue afirmando ser uma “tentativa de assassinato periodístico-cultural”. Ao pé da página, ainda avisa aos leitores para que não façam subscrição, “pois não vale a pena e, além do mais, sempre encontrará alguém que pode emprestar para a leitura”. Os responsáveis brincam e ironizam permanentemente com todas as estratégias de venda e propaganda comuns naquele momento histórico. Numa sociedade em que se havia iniciado, com o golpe, a implantação do modelo neoliberal na América Latina, era necessário contestar suas formas e práticas de publicidade que inundavam diariamente todos os meios de comunicação (Donoso, *El apagón cultural* 128). Com relação aos temas e os conteúdos da revista, seu diretor Juan Manuel Pérez nos relata que

Estes eram discutidos em reuniões de “diretrizes” (embora, na realidade, ninguém soubesse como se chamava isso). A maioria dos colaboradores participava de quase todas as atividades da ACU e, principalmente, das reuniões de sábado no “buraco” da Engenharia (o local era um pouco subterrâneo, com as janelas elevadas ao nível do solo externo, daí o nome “buraco” combinava com isso). Portanto, quase todos nós que colaboramos tínhamos bastante clareza sobre aonde poderia ir a linha editorial: tratava-se de dar expressão ao coletivo, de entregar notícias, de analisar vários temas (tocamos em quase tudo: o julgamento de Galileu, jazz, obituários e análise da obra de autores como Cortázar, a ameaça ecológica à palmeira chilena). (Entrevista realizada a Juan Manuel Pérez em novembro de 2024)

Havia um espaço dedicado à criação literária, cuja gestão era delegada, pelos editores, ao Ramo Literário. Esse espaço incluía “várias entrevistas com pessoas de quem gostávamos, como Claudio Teitelboim (quando ainda era chamado assim), diversos professores que nos apoiavam, e o pianista Roberto Bravo, além de reportagens sobre festivais de teatro e música”. Destacava-se, sobretudo, a página central, chamada *Cuescum Ciruelae* (caroço de ameixa), que ocupava essa posição estratégica por refletir, de forma simbólica, o pensamento central do coletivo. Essa seção caracterizava-se por um tom

intensamente sarcástico. “O desenvolvimento do *cuesco* nos consumia horas de diversão, entre anotações, desenhos e outras atividades. Ríamos muito enquanto trabalhávamos”, recorda o diretor.

A revista adotou o formato 16x22, do número um ao sete. Faz uma breve experiência de formato e diagramação nos números oito e nove, quando aumenta para 25x18. Na última edição, a de número dez, retornam ao formato menor. Ainda sobre a materialidade, deve-se ressaltar o caráter de elaboração manual e coletivo. Impressa em preto e branco, trazia desenhos feitos à mão, algumas fotos e textos datilografados e mimeografados. Somente as capas receberiam alguma cor. A revista era pequena, escrita à mão ou a máquina e, de modo quase artesanal, impressa numa pequena gráfica que reproduzia em torno de mil exemplares de cada edição. Em palavras do seu diretor:

Da mesma forma, a produção da revista foi bastante “artesanal”. A mesma equipe que escreveu, desenhou, estruturou e montou as maquetes também foi responsável por sua produção: comprar as chapas (inicialmente feitas de papel grosso especial, com uma ou duas edições posteriores utilizando chapas de metal), gravar as chapas (processo realizado em fotocopiadoras capazes de lidar com o tamanho e a espessura das chapas de papel grosso), adquirir o papel, cortá-lo e levá-lo às gráficas que haviam sido contatadas (as quais, evidentemente, assumiam riscos ao imprimir uma revista não oficial nem autorizada pela ditadura). Após a impressão, as folhas eram transportadas para um local onde ficavam acumuladas, e iniciava-se o processo de montagem, que contava com a participação de muitas pessoas. Em seguida, realizava-se a dobradura, a contagem e, finalmente, a distribuição. Nos primeiros números, a revista não tinha grampos, e as páginas permaneciam soltas. Em algumas edições, conseguimos adquirir uma grampeadora, o que resolveu esse problema e adicionou mais uma etapa ao processo de produção. Tudo era realizado de forma coletiva. (Entrevista realizada com Juan Manuel Pérez em novembro de 2024)

Como já foi apontado, os exemplares de *La Ciruela* eram vendidos e distribuídos mão a mão, especialmente nos diversos *campi*,



mas também em outros locais do espaço social urbano. Isto era realizado, efetivamente, graças ao empenho de algumas pessoas, próximas do núcleo principal da ACU, que tinham contatos em escolas e faculdades e que, por sua vez, serviram como novos distribuidores. Tampouco foi realizado um pedido de registro às autoridades responsáveis, como era exigido pela Dirección Nacional de Comunicación Social (DINACOS), órgão de controle da imprensa (Donoso, 2013).

A distribuição ficava a cargo de cada sede, ou seja, dos membros da ACU de cada sede, que eram os que melhor conheciam a dinâmica da ditadura em cada recinto. Cada pessoa que levasse algumas *ciruelas* tinha o compromisso de devolver o dinheiro arrecadado, pois essa era a única fonte de financiamento. Havia campanhas permanentes para pagar a *Ciruela*, como este lembrete incorporado em alguns números: “Você pagou pela sua *ciruela*?”

Nunca houve proibição de circulação porque, entre outras coisas, a ditadura não tinha a quem recorrer para proibi-la, já que não havia “lugar”, “responsável”, “endereço” nem nada. Estávamos constantemente trocando de impressora. O único local formal era a caixa postal. Lembre-se que, naquela época, a correspondência era física, em papel, e a caixa era alugada aos Correios de Chile, e sempre foi um desafio aproximar-se para recolher a correspondência porque era o único lugar onde eles poderiam “nos pegar”. No entanto, nada aconteceu. (Entrevista realizada com Juan Manuel Pérez em novembro de 2024)

A apresentação do comitê editorial era escrita à mão, junto a uma série de desenhos. Nem todos eram listados pelo nome próprio, mas pelo apelido com que eram conhecidos.²³ O grupo mudava ao longo dos anos, ainda que muitos dos antigos membros permanecessem participando da elaboração da revista. Eram todos estudantes de diferentes cursos como economia, medicina, engenharia, ciências agrárias, arquitetura, etc., e apenas uma mulher aparecia no comitê editorial.

23 Eram eles: Giorgio Rozas (Jorge Rozas), Juancho Pérez (Juan Manuel Pérez), que também desenha e trabalha como fotógrafo, Juan Carlos Cárdenas, Guillermo Riedemann, Victor Toledo, Silvia Araos, Sergio Piña, Yayo (Claudio Persico), Pablo Montecinos, Mauricio Gómez e Waldo Bustamante.

No primeiro número, já desponta o personagem fictício chamado Ciro, que dialoga com o leitor. Ciro é uma pequena ameixa que está na primeira e segunda capa, apresentando a revista. Na primeira capa, está ao lado do título da publicação e nos desenhos. Em seguida, no verso junto ao expediente, ao fim do editorial, na numeração das páginas e em diversos momentos, entre as colunas e matérias, sempre com alguma expressão de admiração, atenção, surpresa. A página final incluía um cancionero com a apresentação da letra e da música cifrada e levava o sugestivo título de *no se calle el cantor!* Essa quarta capa “trazia uma música com posturas de violão, que desenhávamos com muito cuidado e com o intuito de que as pessoas pudessem cantar e tocar no violão”.²⁴ Nela eram ainda publicados os textos e músicas de Nicanor Parra, Paul Elouard, Osvaldo “Gitano” Rodríguez, Victor Jara, Patricio Valdivia, Luis Lebert, do grupo musical Santiago del Nuevo Extremo, Eugenio Inchausti e Hugo Moraga.

Como podemos observar, a análise do suporte permite dimensionar as condições de sua elaboração, o esforço conjunto para ir contra o silenciamento que a intervenção militar pretendia impor na Universidade e, claro, no país como um todo.

Direito de expressão

Apesar do humor das charges e da ironia que perpassa boa parte dos escritos, nos editoriais da revista, o tom, completamente distinto, era de crítica acentuada ao autoritarismo reinante. No primeiro número da “quase-revista”, os editores apresentam a publicação e seu propósito, de forma contumaz. O editorial intitulado “El derecho a la expresión” representava um libelo contra a censura e o controle exercido pelas autoridades universitárias sobre a Agrupação Cultural Universitária (ACU).

Entendemos o extraordinário crescimento das oficinas de criação artística e de debate científico como a resposta natural de uma comunidade desejosa de participar e se expressar,

24 Entrevista realizada com Juan Manuel Pérez em novembro de 2024.



diante de uma estrutura social que premia o individualismo e a competição e inibe a cooperação e a crítica. Registrados como contrário ao espírito universitário a longa lista de obstáculos e proibições que a ACU teve de enfrentar em sua criação cultural e na difusão desta. Esses obstáculos vão desde a exigência, por parte da autoridade universitária, de apresentar previamente o conteúdo dos programas para conceder permissão às atividades (exigência que se contrapõe flagrantemente ao espírito libertário da arte), até a proibição pura e simples dessas atividades, passando por decretos restritivos, cobrança de impostos sobre espetáculos, etc. (*La Ciruela*, n. 1, agosto de 1979, p. 1)

As reivindicações seguiam num sentido mais amplo, postulando a defesa de um tipo de universidade que incorporasse a atividade artística e o debate científico como parte essencial e necessária da formação superior. Como se observa, o humor cedia lugar à crítica direta ao modelo de universidade que se impunha com a ditadura e abertamente enfrentava-se o apagão cultural.

Quando se analisam os editoriais de *La Ciruela*, vemos a reiterada denúncia das “*trabas*”, ou seja, dos entraves, obstáculos, dificuldades e mesmo proibições para a realização de atividades artísticas e culturais. O editorial do segundo número denunciava tentativa de proibição de realização do segundo festival de teatro com o cercamento do recinto onde aconteceria a abertura do evento.

O tom de revolta permaneceu no número três quando a revista denunciou a repressão ao movimento estudantil.²⁵ As autoridades haviam proibido que fosse pronunciado o nome ACU e procuravam prescrever a agremiação. Curto e incisivo, o editorial apontava alguns personagens que atuavam nesse processo: a oficialista *Federación de Centros de Estudiantes de la Universidad de Chile* (FECECH), o jornal *El Mercúrio* e os delegados, ou seja, autoridades nomeadas pela Junta Militar, para atuar na universidade. Vale lembrar que a FECECH foi uma entidade designada pelo governo militar, respondendo ao Reitor delegado, portanto, era mais uma forma de intervenção, vigilância e controle sobre os estudantes. Nesse sentido, a ACU reafirmava ser o único canal legítimo de expressão da comu-

25 *La Ciruela*, n. 3, novembro de 1979.

nidade estudantil. A resposta vinha expressa, de forma bem-humorada, na capa, onde eram apresentados desenhos e frases com palavras que continham o nome ACU e que apareciam cobertos em negro, de forma provocativa, numa brincadeira, buscando a palavra oculta:

SIN COMENTARIOS, PODRIAN ACUSARME
ES EXPERTO EN ACUÑAR FRASES
LA FACULTAD CON PEOR ACUSTICA QUE HAYA VISTO.
(*La Ciruela*, n. 3, novembro de 1979, capa da revista)

O embate com a FECECH estendeu-se pelos números seguintes, uma vez que a atuação dessa organização, como braço direito da intervenção, buscava ocupar espaço e proporcionar atividades culturais com o objetivo de enfraquecer a ACU. As autoridades universitárias negavam a permissão para ações da ACU, para, em seguida, em outro formato, um evento semelhante ser apresentado pela FECECH, indicando uma disponibilidade de recursos financeiros e permissões especiais e rápidas. O editorial do número cinco discutia, centralmente, sobre como a criação do departamento de cultura da FECECH representava uma tentativa de monopolizar a atividade cultural, com a estratégia de dividir e enfraquecer o movimento estudantil.²⁶

Além das denúncias às perseguições aos estudantes, a revista utilizava seus editoriais para protestar contra exonerações de professores. No número quatro, o editorial de abril de 1980 denunciou a arbitrariedade da expulsão do catedrático Jorge Millas, da Universidade Austral de Chile,²⁷ somando-se às diversas declarações das federações estudantis. O editorial não mediou palavras na denúncia:

As universidades chilenas têm sido abaladas por um conjunto de fatos: a) redução orçamentária — no caso da “U”, foi de 120 milhões de pesos; b) expulsão em massa de docentes; c) transferência arbitrária de cursos; d) expulsão e suspensão de alunos; e) obrigação de muitos assinarem um juramento de “bom comportamento”, além de diversas advertências.

26 *La Ciruela*, n. 5. junho/julho de 1980, p. 1.

27 A Universidade Austral de Chile tem sua sede central na cidade sulista de Valdivia, que, nessa época, era parte do grupo das oito Universidades existentes no país.



Posteriormente, o editorial do número seis,²⁸ abordou, de forma incisiva, a prisão de 98 pessoas no dia 12 de junho, das quais 22 foram enviadas para a ilha de Chiloé, no extremo sul do país. Quase todos eram estudantes da UTE (*Universidad Técnica del Estado*) que participavam de uma atividade cultural em solidariedade a outros estudantes também da UTE que haviam sido sancionados. Os estudantes foram detidos sob a acusação de realizar atividades políticas proibidas e reunião clandestina. O texto apontava ainda o papel da imprensa em reforçar essa perspectiva.

O jornal *El Mercúrio*, em seu editorial do dia 16 de junho, falava da “ação juvenil marxista que se aproveita do abrigo da cultura para expandir-se”. Com o título “ativismo encoberto”, o jornal mencionava a “Ação” Cultural Universitária na Universidade do Chile, insinuando ser uma atividade encoberta do Partido Comunista. O jornal fazia uma defesa feroz da ordem e da “juridicidade vigente”, que, segundo enfatizam, os estudantes devem respeitar e por cuja transgressão deveriam ser punidos.²⁹ Adota a mesma linha o jornal *La Segunda*, que evoca a Unidade Popular para reiterar as surradas opiniões de que havia uma ameaça comunista sobre o país e de que foram “os estudantes manipulados, financiados e utilizados pelo marxismo internacional” os responsáveis pela violência dos anos 1970.³⁰

Em setembro de 1980, a revista completava um ano de existência. Até aquele momento, havia publicado sete números, ou seja, a maior parte de seus exemplares saíram nesse primeiro ano. O editorial da edição comemorativa enfatizava o propósito de criação da revista e da ACU, lembrando que se tratava de uma necessidade de “incentivar um debate sobre a atividade cultural na Universidade”. Considerava que a revista conseguira se estabelecer como um canal de expressão e debate, para estudantes, funcionários e acadêmicos. No mês seguinte, foi lançada uma edição extraordinária, certamente, com o propósito de enfrentar os intensos ataques que vinha sofrendo. O editorial do chamado número 7½ tratava do discurso do presidente da FECECH, no salão de Honra da Universidade. Segundo

28 *La Ciruela*, n. 6, julio de 1980, p. 1.

29 *El Mercurio*, 16 de junho 1980.

30 *La Segunda*, 18 de junho de 1980.



afirmava, numa cerimônia de fim da gestão de Eduardo Silva, o dito presidente, dedicou boa parte do seu discurso a falar mal da ACU. O editorial denunciava a FECECH como “braço das autoridades”, portanto como um órgão que não representava o movimento estudantil. Numa parte do editorial, titulado “El último apaga la luz”, pode-se ler:

É evidente que a FECECH caminha a passos largos para sua extinção. Não foi capaz de atender às aspirações de participação dos estudantes, de defender seus interesses, de interpretar suas demandas. Nunca foi uma organização estudantil, mas sim um braço das autoridades que envolveu alguns estudantes. Essas são as razões pelas quais a FECECH está ruindo. Os estudantes chilenos têm uma profunda tradição democrática, participativa, solidária e internacionalista. A FECECH ignorou essa realidade e tentou instrumentalizar os estudantes: impôs a censura, o silêncio diante dos abusos, foi conivente com a autoridade e se colocou contra os estudantes. Nestes dias de agitação estudantil, a FECECH mal se manifestou, com uma tímida declaração. É natural... os mortos não falam. (*La Ciruela*, n. 7½ (extraordinário), dezembro de 1980, p. 1)

Chama a atenção, nesse mesmo número, quatro páginas à frente, a extensa matéria intitulada “Campus Macul: Presente y Futuro del Movimiento Estudiantil” sobre uma greve estudantil na universidade. O motivo central da paralisação foram as eleições do Centro acadêmico. As reivindicações do movimento paredista eram enumeradas: saída da coordenadora do Instituto Pedagógico; anulação dos sumários; reintegração de todos os alunos expulsos; e livre acesso ao Campus.

A greve extrapolou os muros da Universidade e ocupou as primeiras páginas da imprensa. O governo respondeu com medidas repressivas e suspensão do ano letivo. Segundo expõe a revista, o Decano da Faculdade de Filosofia e Letras, sr. Joaquim Barceló Larraín fechou a faculdade.

Os três números seguintes fornecem evidências do cerceamento ao movimento estudantil e da própria revista. A edição de número oito saiu passados oito meses da publicação anterior. Em agosto de



1981, o editorial intitulava-se “Contragolpe ciruelero”. As primeiras linhas falavam sobre a “retirada momentânea” e, grifado em negrito, “involuntária”. Continuava o texto, mencionando as mudanças que estavam ocorrendo na universidade, deixando entrever as dificuldades:

Nossa revista, órgão oficial da popular e querida — por alguns, nem tanto — Agrupação Cultural Universitária, ACU, ressurgiu dos escombros de Macul, do exílio pré-cordilherano de La Reina, das doze carreiras universitárias e de outras, da Penitenciária Feminina, de Chiloé e das catacumbas, para servir, como sempre, à comunidade universitária. Ressurgimos para ficar. [...] A Ciruela, incansavelmente, floresce sempre antes da Primavera. (*La Ciruela*, n. 8, agosto de 1981, p. 1)

O número seguinte veio à luz passado quase um ano, em maio de 1982, explicitando em seu editorial as adversidades enfrentadas pela ACU e, de modo geral, pelos estudantes e a universidade diante das reestruturações causadas pela Lei Geral de Universidades e lei de autofinanciamento,³¹ como fica constatado no editorial “Volver a la semilla”:

Fazendo agora uma avaliação do que foi o ano de 1981, podemos dizer que nos vimos diante de uma série de situações novas e adversas, fruto da aplicação de reformas ao já debilitado sistema universitário, que inevitavelmente provocaram um impacto em nosso trabalho cultural. Era impossível sairmos ilesos após o bombardeio de reestruturações a que a universidade foi submetida, como, por exemplo, a Lei Geral de Universidades e a Lei de Autofinanciamento, que geram o desmembramento de nossa Casa de Estudos e a institucionalização da repressão nela. Tudo isso, como era de se esperar, causou desorientação, desarticulação e quase imobilidade da atividade estudantil. (*La Ciruela*, n. 9, maio de 1982, p. 2)

No quadro do expediente técnico da publicação, de forma inusual, um pequeno texto foi destacado como sendo *La Ciruela* “o

31 Nueva Legislación Universitaria Chilena. Secretaria General do Chile. Santiago, febrero, 1981. Ver em: www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-8701.html. Consultado em: 10/09/2024.

órgão oficial da tão “querida, amada, odiada, justificada, atacada, vilipendiada e aclamada Agrupação Cultural Universitária”, mas que, apesar de tudo, entregava aos leitores essa “fruta fora de temporada”. Seis meses depois – em novembro de 1982 –, o último número viria à luz com o sugestivo nome “cantando y de pie”. Nele se informava a proscrição da ACU da Universidade e a perseguição de que são vítimas desde a autoridade: “Em todos os recintos encontra-se o documento que nos proíbe, rejeita e culpa por ser uma organização política que procura subverter a ordem e a tranquilidade...”³² Nesse número, já se torna evidente a existência de uma atividade estudantil revigorada e encaminhada para a formação de Centros de alunos de representação democrática nas diversas faculdades e escolas dentro da Universidade.

Por outra parte, a revista também se articulava com outras publicações existentes na época, e fosse a partir de intercâmbios informais ou de alguns encontros de revistas universitárias realizados durante esse período, *La Ciruela* nunca deixou de ter como umbral e perspectiva futura de colaborar e trabalhar no processo de recuperação democrática do Chile.³³

Da cultura para a política

Tal e como já foi referido, ao longo de sua história, a revista apresentou diversas matérias sobre literatura, cinema, sobre escritores e intelectuais chilenos, latino-americanos e europeus. Oferecia um mural de literatura com produções poéticas e literárias dos próprios estudantes, artigos sobre a importância da cultura, chamando atenção para o fato de ela estar sendo cerceada na universidade, textos de professores escritos especialmente para a revista, os quais tratam sobre o papel da cultura na formação universitária e os

32 *La Ciruela*, n. 10, novembro de 1981, p. 3.

33 A revista participou em alguns encontros ou simpósios com outras revistas universitárias, dentre as quais se podem destacar as publicações *Claridad*, *El Pasquín* e *El Castaño*.



aspectos da falta de liberdade e das perseguições da ditadura, mas também sobre ciência.³⁴

Em outubro de 1980, *La Ciruela* apresentou uma entrevista realizada por correspondência com Julio Cortázar. Nele o escritor argentino, que então vivia na França, falou um pouco de seu trabalho de escritor, o papel do escritor latino-americano, a crítica literária e sobre a censura e repressão. Publicou-se também uma conversa dos estudantes com o escritor chileno José Donoso, num encontro realizado pela ACU em um local conhecido como “El Pedagógico”. Os estudantes perguntaram sobre o apagão cultural. Vejamos um trecho da conversa:

E sobre o apagão cultural? Bem, evidentemente o Chile não é um paraíso; há coisas intoleráveis, como, por exemplo, o uísque ter o mesmo imposto que os livros. Já que se fala em um auge econômico, imaginar-se-ia que deveria haver também um auge cultural — e não é assim. Há ainda professores expulsos da universidade, e aos estudantes se exige credencial para entrar em seu próprio local de estudo... Ao ver tudo isso, pode-se pensar que talvez haja quem tenha interesse em que as pessoas não leiam, não pensem. Apesar de todos esses males, tão bem conhecidos por nós, Donoso vê entre os jovens uma inquiétude crescente, um interesse em conhecer e mudar o estado das coisas; ao menos foi isso o que deixou transparecer com suas palavras: eu não vejo, de forma alguma, uma geração vencida, de forma alguma, de forma alguma... (*La Ciruela*, n. 5, junio de 1980)

No mesmo tom descontraído de uma conversa informal, também entrevistaram o pianista chileno Roberto Bravo. Exilado na Inglaterra, ele, na ocasião, visitava o Chile para uma apresentação. A revista buscou dar destaque ao ambiente mesquinho e repressivo dominante no país e, nesse sentido, chamava atenção em um de seus artigos para o desinteresse de artistas e intelectuais em visitar

34 Artigo de Patricio Cordero, professor do Departamento de Física. *La Ciruela*, n. 5, jun. jul., 980, p. 16. Artigo de Luis Lobo Parga, professor da Faculdade de Artes, da Universidade do Chile. *La Ciruela*, n. 8, agosto de 1981, p. 13. Artigo do professor Fernando Lund, Departamento de Física, da Faculdade de Ciências Físicas e Matemática, da Universidade do Chile. *La Ciruela*, n. 7, out.-nov. de 1980, p. 19.

e fazer apresentações artísticas no Chile. Nesse artigo em especial, chamavam a atenção para a visita de Joan Baez, cantora norte-americana, e do escritor peruano Mario Vargas Llosa, ambos convidados, segundo dizia a matéria, por entidades que não tinham nenhuma relação com o Estado chileno.

Além de uma importante presença da literatura, a revista publicou artigos e pequenas resenhas e comentários sobre o psicanalista Eric Fromm, sobre Jean Paul Sartre, sobre a Sociedade de Escritores de Chile, diversos artigos sobre o papel da cultura, dos festivais musicais, do cinema, das exposições de artes, etc. Noticiavam e comentaram, por exemplo, a realização do *Encuentro de Arte Joven*, realizado pelo Instituto Cultural de Las Condes. O encontro, que envolvia artistas plásticos, apresentações de teatro, músicos, fotografia, dança, etc., teve a participação de muitos estudantes então vinculados às oficinas da ACU. Apesar da valorização da iniciativa, a revista não deixou de denunciar as dificuldades de alguns artistas com a censura. O artigo finalizava destacando a participação dos artistas na organização do evento:

O mais importante que se obteve foi que, pela primeira vez em muito tempo, os artistas se reuniram para se organizar e poder planejar atividades que emergem do seio mesmo da criação jovem. O próximo passo será: As Jornadas pela Cultura e pela Paz. (*La Ciruela*, n. 3, nov. 1979, p. 8)

A chamada para a organização de outro encontro é pautada pela defesa da paz. De fato, o cartaz do *3er Festival del Cantar Universitario*, realizado em 1979, trazia como emblema a pomba da paz e a chamada *La Universidad canta por la vida y la paz*. O lema dos festivais foi inspirado nos lemas do *Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes*, realizado desde 1947, principalmente nos países da órbita soviética. Em álbum de 1968, o grupo Quilapayún popularizou o *Hino da Juventude*, cujo último verso era: “Destruamos as forças que acorrentam a felicidade, derrotemos a morte e imponhamos eterna a paz”. Todos os *slogans* desses festivais incluíam o lema da “paz”: “junte-se à luta pela paz duradoura”, “pela paz e pela amizade”, “pela solidariedade e pela paz”, “pela solidariedade anti-imperialista, pela paz e pela amizade”, etc. Nas palavras de seu diretor:



Provavelmente nem sequer é discutido de forma clara e consciente, mas é mais ou menos evidente que aqueles lemas e o significado dos festivais influenciaram muito a escolha do lema. A ideia de defender a vida e a paz era algo difundido em plena ditadura, e o lema não teve dificuldade em se impor. (Entrevista realizada com Juan Manuel Pérez em novembro de 2024)

A revista, ao colocar em discussão a importância da cultura, seu papel e de que forma a ACU atuava e estimulava as atividades culturais, as oficinas de literatura, teatro, poesia e música, pautava permanentemente os aspectos políticos. Algumas vezes estava implícito no nome do festival, na escolha dos artistas homenageados, etc. Em outras ocasiões, especialmente quando escreviam sobre os festivais e as atividades da ACU, os problemas da censura, da intervenção militar na universidade e da opressão vigente no país eram abordados diretamente.

É sintomático o fato de, no ano de 1981, apenas vir à luz um único número. No ano anterior, a ACU sofreria com fortes restrições de suas atividades, por parte das autoridades universitárias. Foi negado todo tipo de autorizações e reconhecimento, e seu presidente, Patrício Lanfranco, foi detido e torturado pela CNI (García Monge, Isla Madariaga y Toro Blanco, 2006, p. 92). O ano 1981 foi o ano da reforma universitária da ditadura, ou contrarreforma, quando se deu partida ao processo de mercantilização da educação. A Lei Geral de Universidades (LGU) representou um momento de profunda derrota de um projeto de universidade pública. Significou uma inflexão no movimento estudantil, assumindo a necessidade de um enfrentamento político aberto contra perspectiva mercantil que se imponha pela força, em fevereiro de 1981.

Ainda que a política fosse, de fato, elemento da organização e ação da ACU, o novo contexto político redesenhou a atuação estudantil. A Lei Geral de Universidades foi a expressão clara de um projeto econômico que transformou radicalmente a responsabilidade do Estado pela educação pública superior. Impõe-se, unilateralmente, o modelo de financiamento privado nas Universidades, atendendo às demandas do mercado. O que podemos chamar de

contrarreforma não teve apenas efeitos econômicos. Tratava-se de criar mecanismos de controle e impor outro modelo de educação.

Vale destacar a edição número oito da revista, dedicada às reformas neoliberais que se impunham no Chile. A capa trazia o desenho de uma gigantesca coluna, como um monumento a Friedman. No alto, a figura imprecisa, porém de formas grotescas e agigantadas, que lança uma bomba, a LGU, sobre a universidade. O desenho é bem significativo nas proporções do monumento a Friedman e as edificações minúsculas da universidade no entorno. O editorial iniciava falando dos seis meses que a revista não foi impressa. Como afirmam: “foi apenas um retiro momentâneo e involuntário para a necessária reflexão depois de tanta remodelação, reestruturação, readequação, relegação e destruição sofrida por nossa universidade e que a nós, como bons universitários, também nos atingiu”.³⁵

A referência à contrarreforma, apesar do humor, era incisiva e direta. Dava boas-vindas aos leitores, ironizando a situação. A matéria, abordava a LGU analisando cada um dos seis títulos ou subitens da lei. O documento foi fruto de um seminário organizado pelos estudantes de arquitetura com o intuito de examinar e debater essa lei. A revista publica o informe do seminário.

O Título I trata da Universidade e seus fins. Os analistas, num primeiro momento, buscaram definir os propósitos da Universidade, trazendo os conceitos específicos da reforma de 1967-1973. Algumas ideias centrais sobre a missão da Universidade foram destacadas. De forma resumida, sublinhavam três pontos principais: transmitir às novas gerações o “acervo cultural acumulado” do país; vincular a excelência acadêmica à prática democrática com compromisso com o processo de desenvolvimento nacional; e atuar como agente de transformação social.

Destacava ainda, nas funções da universidade, a integração “da docência, da investigação e da criação artística” como elementos formadores de uma visão “crítica para a construção de uma nova sociedade”. Considerava que as verdadeiras atribuições da universidade deviam ser extensivas. Afirmava ainda a indispensável autonomia acadêmica, financeira e administrativa. Essas questões

35 *La Ciruela*, n. 8, agosto de 1981.



serviam de ponto de partida para contrapor, no exame dos da Lei Geral, vários problemas e inconsistências, uma visão reduzida e incompleta sobre a universidade. Questionavam em que medida a universidade deveria “atender, adequadamente, aos interesses do país”, como está posto no artigo 1. Interrogava quais interesses eram esses.³⁶

No título 2, sobre autonomia universitária, os estudantes partiram denunciando a censura ao pluralismo ideológico. O texto da lei foi reproduzido e contestado. Questionaram as afirmações: “propagar doutrinas políticas”, “atividades perturbadoras”, “informações objetivas”. E perguntaram: “não estão querendo subordinar a Universidade a uma ideologia, diretamente, a oficial?” Os títulos seguintes tratavam dos graus e títulos acadêmicos (Título III), da Criação e dissolução de universidades (título IV), Artigos transitórios (Título V) e autofinanciamento (Título VI). Este último versava sobre o fim da gratuidade das universidades públicas, impondo o autofinanciamento universitário em 50%, ou seja, obrigava as universidades ao financiamento no mercado e os estudantes, ao pagamento. Aos alunos de baixo recurso, restava o crédito fiscal, ou seja, empréstimo aos bancos, com aval do Estado.

Como já apontamos, um dos fatores que contribuíram para o desaparecimento da ACU foi o golpe sofrido pelas universidades com a promulgação da Lei Geral das Universidades (LGU). Essa lei eliminou a dimensão nacional das instituições, fragmentando a Universidade do Chile e a Universidade Técnica do Estado em sedes regionais independentes. No caso da Universidade Técnica do Estado (UTE), a ditadura a renomeou como Universidade de Santiago do Chile. Além disso, a LGU desmembrou o Departamento Pedagógico da Universidade do Chile, transformando-o em uma instituição isolada, a Universidade Metropolitana de Ciências da Educação (UMCE), como é conhecida até hoje. A lei também abriu caminho para a criação e expansão de universidades privadas, que atualmente constituem a maioria das instituições de ensino superior no país.

Sobre a revista, na avaliação do diretor de *La Ciruela*, a LGU não teria desempenhado um papel tão determinante ou exclusivo

36 *La Ciruela*, agosto 1981, p. 5.

no declínio da revista: “Acho que também foi um processo natural. Não acredito que a LGU tenha tido tanto impacto, embora possa ser considerada parte do processo de evolução e do surgimento da FECH, que acabou sendo vista como a ‘herdeira legítima’ da ACU”.³⁷

Resumindo, na concepção do seu diretor Juan Manuel Pérez:

A revista teve seu melhor período entre 1979 e 1980 (possivelmente até o último trimestre), apenas dois anos, que também foram os melhores anos da ACU, quando teve maior presença, coincidindo com os grandes festivais de música e teatro, e com as exposições plásticas. Já em 1981 notou-se uma diminuição na dinâmica da organização, o que impactou imediatamente em *La Ciruela*. (Entrevista realizada com Juan Manuel Pérez em novembro de 2024)

Nesse marco, somados o impacto da LGU e a própria dinâmica do movimento estudantil universitário em decidida ascensão, é possível visualizar claramente as transformações que ambos os fatores tiveram sobre a ACU e, conseguintemente, sobre *La Ciruela*. O surgimento dos Centros de alunos democráticos lá pelo início da década dos oitenta e a posterior refundação da FECH, em 1984, transformaram, inevitavelmente, a Agrupação numa organização coadjuvante dentro do ambiente universitário. A ACU permitiu finalmente a abertura de um novo cenário mais politizado que precisava de novas formas da organização estudantil (Federação e Centro por Faculdade), as quais também criariam seus próprios órgãos de promoção e difusão cultural.

37 Entrevista realizada com Juan Manuel Pérez em novembro de 2024. Uma matéria jornalística posterior, que salienta este vínculo de continuidade entre a ACU e a FECH, intitulou-se “De la ACU a la FECH: Conmemoran 30 años de la Refundación de la Federación de Estudiantes de la U. de Chile”, *The Clinic*, 09/10/2014. Em linha: <https://www.theclinic.cl/2014/10/09/de-la-acu-la-fech-conmemoran-30-anos-de-la-refundacion-de-la-federacion-de-estudiantes-de-la-u-de-chile/>

Considerações finais

Tentativa de “assassinato periodístico-cultural” é uma das chamas apresentadas na primeira capa de *La Ciruela*. Podemos pensá-la como uma fórmula que pretende seguir uma linha de revista cultural, no entanto, como apontado anteriormente, não muito séria ou formal, não seguindo à risca um modelo de revista cultural austero, mas sim uma mescla de brincadeiras e estilos diferentes, um modelo “impuro” de jornalismo cultural. (Tarcus, 2020, p. 32). Seus editores não se identificam como intelectuais, mas como estudantes organizados em uma associação que buscam com a publicação a comunicação pública de suas ideias e propostas como agrupação cultural.

Em sua relativamente breve existência, a Revista *La Ciruela* conseguiu transformar-se num veículo de comunicação relevante não somente por informar sobre os acontecimentos do mundo universitário como também por colocar em debate questões da política nacional. Como um órgão oficial da Agrupação Cultural, entretanto, a revista não se limitava a publicar matérias exclusivamente culturais, relacionadas às oficinas e festivais universitários. É nesse sentido que podemos situá-la no campo de uma imprensa resistente, que enfrentou a censura e opôs-se à ditadura e sua intervenção na universidade, combatendo e se insurgindo contra o apagão cultural que os militares pretendiam impor.

Isto não significa que *La Ciruela* fosse uma revista política. Nunca pretendeu constituir-se como órgão político ou vinculado a um partido, o que, por outro lado, não implicava certamente que seus editores e colaboradores abdicassem de expressar suas opiniões políticas num período em que se tentava reconstruir as organizações estudantis democráticas no contexto ditatorial. Por meio da publicação, os jovens estudantes conseguiam se informar do que estava acontecendo, sobre a dinâmica vida cultural da universidade, as redes não oficiais que organizavam encontros, oficinas, exposições e debates. A revista servia de ponto de união e referência de organização estudantil.

Foi a partir da promulgação da Lei Geral de Universidades que essa articulação adquire um caráter mais preeminente. Concorda-

mos com a apreciação de Horacio Tarcus, que nos lembra o fato de “as revistas culturais não serem salvo em casos excepcionais, órgãos partidários, não as coloca a salvo da política: pelo contrário, sempre estão tensionadas entre o campo cultural e o campo político” (Tarcus, 2020, p. 30).

Nesse contexto, o eclipse de *La Ciruela* coincide com o declínio da própria ACU e a reconstituição do movimento estudantil chileno, especificamente, da Federação de Estudantes da Universidade de Chile (FECH). Não por acaso, posteriormente, em outubro de 2016, o Reitor Ennio Vivaldi, convidou os ex-presidentes da ACU para comemorar, num jantar oficial, os 110 anos da fundação da FECH. Dessa forma, a instituição reconheceu que os presidentes da ACU foram, de fato, representantes dos estudantes e legítimos substitutos da Federação durante o período sombrio em que foi interditada pelas autoridades designadas pelo regime militar imperante.³⁸ Desse processo, surgiu uma Federação e uma juventude articulada para “trabalhar de forma mancomunada pelas urgentes e profundas mudanças que requer nossa sociedade para ser mais humana, para acabar com as injustiças e construir uma nova ordem, a ordem de um Chile livre, democrático e solidário”.³⁹

Resumindo, se bem que a ACU nasça como organização cultural, suas reuniões, atividades e a publicação da revista permitiram a reconstrução do movimento estudantil universitário num período em que todos os canais de participação foram vetados. Pelo mesmo, resgatamos sua importância nas pioneiras lutas de resistência

38 O convite diz textualmente: “Ennio Vivaldi Véjar, Rector de la Universidad de Chile le saluda atentamente y tiene el agrado de invitarle a una Cena en Honor a los 110 años de la Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile que se realizará en el marco del Aniversario de nuestra Casa de Estudios. Esta cita, a la que han sido convocados todos los ex presidentes de nuestra Federación de Estudiantes, se realizará el día viernes 18 de noviembre, a las 20:00 horas, en el Patio Andrés Bello de la Casa Central de la Universidad de Chile (Av. Libertador Bernardo O’Higgins 1058, Santiago). En la oportunidad, podrán ustedes visitar una exposición del Archivo FECH”. Santiago, outubro de 2016.

39 Discurso de Yerko Ljubetic, primer presidente da FECH refundada em 1984 (Agurto, Canales e de la Maza 160). De fato, muitos dos participantes das oficinas culturais da ACU depois passaram a integrar os primeiros “Comitês de estudantes democráticos” que, por sua vez, conformariam os Centros de alunos por Faculdades e Departamentos que, finalmente, reconstruíram a Federação de Estudantes da Universidade do Chile.

contra a ditadura e como um sinal inequívoco de esperança em que o florescer da *ciruela* podia anunciar a almejada chegada da primavera.

Agradecimentos

Os autores agradecem a Aglae Casanova, quem nos disponibilizou a coleção completa de *La Ciruela*, além de nos prestar seu depoimento. Igualmente somos muito gratos a Juan Manuel Pérez, diretor da revista, pela sua generosa disponibilidade para conversar sobre diversos aspectos relacionados à publicação. Por último, os autores desejam expressar seu agradecimento aos árbitros anônimos da RHS, que, com suas recomendações, permitiram melhorar a versão final deste artigo.

Referencias bibliográficas

Abate, J. y Rodríguez, A. (2015). Historia de una resistencia: los archivos secretos de la U intervenida. *Revista El Paracaídas*, (11), 2-8. <https://revistasdex.uchile.cl/index.php/EP/article/view/1847/1791>

Agurto, I., et al. (1985). *Juventud chilena: razones y subversiones*. ECO, FOLICO, SEPADE.

Álvarez Vallejos, R. (2023). *Cuando se templó el acero. Las Juventudes Comunistas de Chile en los primeros años de la dictadura (1973-1979) (Tomo I)*. Editorial América en Movimiento.

Álvarez Vallejos, R. (2024). *Años decisivos. Las Juventudes Comunistas de Chile en dictadura (1980-1991) (Tomo II)*. Editorial América en Movimiento.

Aravena Soto, L. y Cisterna, J. I. (2023). Microhistoria de una resistencia: el caso de la exoneración de Malva Hernández del Pedagógico de la Universidad de Chile 1978-1980. *Revista de Historia y Geografía*, (48), 169-199. <https://doi.org/10.29344/07194145.48.3340>

Brodsky, C. (2003). Cuando la resistencia tocaba guitarra: los orígenes de la ACU. *Revista SurDA*, (44), 36-37.

Brodsky, R. (1987). *La fuerza de una idea. Conversaciones con la FECH*. Ediciones Chile y América.

Brodsky, R. (1985). Señores la ACU ha muerto, ¡que viva la ACU! En I. Agurto y otros (Eds.), *Juventud chilena: Razones y subversiones* (pp. 180-188). ECO-FOLICO-SEPADE.

Donoso, C. (1988). En medio de mitos pulverizados. Entrevista a Gregory Cohen. *Revista APSI*, (239), 46-47.

Donoso, K. (2013). El apagón cultural en Chile: políticas culturales y censura en la dictadura de Pinochet 1973-1983. *Revista Outros Tempos*, 10(16), 104-129.

Errázuriz Tagle, J. (2017). Intervención y depuración en la Universidad de Chile, 1973-1976. Un cambio radical en el concepto de universidad. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. journals.openedition.org/nuevomundo/70688

García Monge, D., Isla Madariaga, J. y Toro Blanco, P.A. (2006). *Los muchachos de antes. Historias de la FECH 1973-1988*. Ediciones Universidad Alberto Hurtado.

Garretón, M. A. (1985). *Antecedentes estructurales de las universidades chilenas (Biblioteca del Movimiento Estudiantil, Tomo 5)*. Ediciones SUR.

Garretón, M. A. y Martínez, J. (1985). *La Reforma en la Universidad de Chile*. Ediciones Sur.

González Vaillant, G. (2018). Entre los intersticios de la democracia: las revistas estudiantiles, la universidad uruguaya en transición y las pujas políticas por los significados de la democracia. *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, 22(2), 73-102. <https://www.revistas.usach.cl/ojs/index.php/historiasocial/article/view/3643>

Grez Cook, F. (2009). Flores adelantadas, flores heladas. El nacimiento de la ACU en dictadura. *Revista Izquierdas*, (3). izquierdas.cl/images/pdf/2011/07/francesca_grez.pdf

Jara, J. (2021). *Víctor: uma canção inacabada*. Expressão Popular.



Lorca, M. (s.f.). Investigaciones que buscan reconocer y reparar. La historia detrás de los títulos póstumos de la U. de Chile. uchile.cl/noticias/209486/investigaciones-que-buscan-reconocer-y-reparar-titulos-postumos

Müller, A. (2010). *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)* [Tesis impresa de maestría]. FFLCH/USP.

Muñoz Tamayo, V. (2006). ACU, *Rescatando el asombro. Historia de la Agrupación Cultural Universitaria*. Libros La Calabaza del Diablo.

Napolitano, M. (2017). *Coração civil: A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985)*. Intermeios.

Norambuena Adasme, F. A. (2022). *Los tiempos de la ACU: una perspectiva contracultural de la Agrupación Cultural Universitaria 1977-1982* (Tesis de licenciatura). Universidad Academia de Humanismo Cristiano. <https://bibliotecadigital.academia.cl/server/api/core/bitstreams/f0a1d64b-32cc-460d-8842-ea043d2e009e/content>

Pita González, A. (2021). Hacia una categorización de las revistas culturales: los referentes en las citas. *Caderno de Letras*, (39). periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/index

Pluet-Despatin, J. (2014). Contribución a la Historia de los Intelectuales. Las revistas (H. Tarcus, Trad.; M. Merbilhaá, Rev. téc.). *AMÉRICALEE. El portal de publicaciones latinoamericanas del siglo XX*. <http://www.americalee.cedinci.org/>

Programa Básico del Gobierno de la Unidad Popular. (1969). Biblioteca Nacional de Chile. Consultado el 22 de septiembre de 2024.

Rivera A, C. (2017). Prensa y política. El poder de la construcción de la realidad. Chile, siglos XIX y XX. En I. Jaksic (Ed.), *Historia política de Chile, 1810-2010. Tomo I: Prácticas Políticas*. FCE, UAI.

Rodríguez, O. (2016). ACU, *recuperando el sueño* [Video]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=s9vM_NhwaPU

Sagredo, R. y Gazmuri, C. (2010). *Historia de la vida privada en Chile. Tomo III. El Chile contemporáneo, de 1925 a nuestros días*. Editorial Taurus.

Sarlo, B. (1992). Intelectuales y revistas: razones de una práctica. En *América: Cahiers du CRICCAL*, 9-10, 9-16. Presses de la Sorbonne Nouvelle.

Secretaría General de Gobierno. (1981). *Nueva Legislación Universitaria Chilena*. Consejo de Rectores Universidades Chilenas. www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-8701.html

Seia, G. A. (2020). La prensa estudiantil bajo dictadura. Apuntes para un estudio comparativo entre España y Argentina. *CIAN-Revista de Historia de las Universidades*, 23(1), 87-117. <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/CIAN/en/article/view/5429/3822>

Sirinelli, J.-F. (2003). Os intelectuais. En R. Remond, *Por uma história política*. FGV.

Tarcus, H. (2020). *Las revistas culturales latino-americanas. Giro material, tramas intelectuales y redes revisteriles*. Tren en Movimiento.

